



(B)

A.!

2020.06.16

MOÇÃO

Medidas necessárias e urgentes de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas

A situação de pandemia que o País enfrenta obrigou a responder, em primeiro plano, ao grave problema de saúde pública. Contudo, outros problemas se colocam como a degradação da situação económica e social, designadamente a que respeita às micro, pequenas e médias empresas (MPME) que constituem 99 % do tecido empresarial português.

Também em Lisboa e na Ajuda as MPMEs formam a base empresarial mais relevante da vida e da dinâmica da freguesia e com uma expressão determinante em múltiplos sectores de actividade desde a restauração ao alojamento, à construção civil e limpeza, do pequeno comércio à reparação automóvel, dos cabeleireiros e barbeiros aos táxis ou à prestação de serviços contabilísticos, entre outras.

Desde a emergência de saúde pública à escala internacional que se traduziu, designadamente, na classificação do COVID 19 como uma pandemia, foi estabelecido pelo governo um alargado conjunto de medidas de contenção que conduziram à suspensão da actividade por parte de muitas micro, pequenas e médias empresas, o que por sua vez se traduziu na quebra abrupta de entrada de receitas mantendo estas empresas, no entanto, as suas obrigações fiscais e outras.

As medidas adoptadas pelo Governo têm sido limitadas e insuficientes para os problemas com que estas empresas se defrontam e, em fase de desconfinamento progressivo, é expectável esses problemas se acentuem e prolonguem com resultados que poderão ser brutais no domínio do desemprego, da destruição de capacidade produtiva. Esta evolução negativa desta economia urbana terá também um impacto directo significativo na sustentabilidade e nas dinâmicas das comunidades locais e na manutenção dos níveis de vida social e económica da freguesia.

É, pois, necessário que se activem medidas urgentes de resposta às actuais necessidades das micro, pequenas e médias empresas, medidas simultaneamente robustas, amplas e específicas e que considerem as particulares características deste tecido empresarial do ponto de vista social, económico e organizacional.

Assim, os eleitos do PCP propõem que a **Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida a 16 de Junho de 2020**, decida recomendar ao Governo que se adoptem medidas no sentido de:

1. levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso a apoios e a equiparação dos seus sócios-gerentes ao regime dos trabalhadores independentes;

Aprovada
p/ unanimidade.
A.!

2. atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81;

Rejeitada PS 7 contra / Abst 2 (CDS+PSD) / Favou 3 (PC+BE)

3. suspender o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta;

Rejeitada Aprovada Favou 10 (PS) PC 2 BE 1 Abst. 2 (CDS+PSD)

4. concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com 2 anos de carência e 10 anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada;

Rejeitada Favou 3 (PC 2, BE 1) Contra 8 (PS 7 PSD 1) Abst 1 (CDS)

5. redução do preço da electricidade e dos combustíveis;

Rejeitada Favou 3 (PC 2, BE 1) Contra 7 (PS) Abst. 2 (PSD)

6. apoio aos arrendamento não habitacional, reflectindo na renda paga pelo MPME a quebra de actividade que foi verificada;

Rejeitada Favou 3 (PC+BE) Contra 7 (PS) Abstencal 2 (PSD, CDS)

7. criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso a medidas de apoio;

Rejeitada Favou 3 (PC, BE) Contra 7 (PS) Abstencal 2 (PSD, CDS)

Esta Moção deve ainda ser enviada ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Imp. Laranjeira do Imp. Laranjeira

A: 2020.06.16